

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ano-Base 2022

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

A P R E S E N T A Ç Ã O

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, inciso I, III e VIII, em seu art. 8º exige a elaboração de Carta Anual de Políticas Públicas e Governanças Corporativa, subscrita pelos membros do Conselho de Administração explicitando os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas por empresa pública, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos.

Nesse sentido, a Carta representa a conformidade e o alinhamento da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB com a Lei de Responsabilidade das Estatais e o reconhecimento das melhorias proporcionadas por meio da Lei 13.303/2016.

Na elaboração desse documento foram utilizados como referência o modelo proposto pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre outros.

Esperamos que esta Carta Anual de Política Públicas e Governança Corporativa seja útil para a sociedade, pois ela reflete a nossa dedicação em garantir que nossa gestão apresente em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Acreditamos que esta divulgação é mais uma confirmação do nosso compromisso em oferecer o melhor nível de transparência possível, de acordo com os padrões de governança corporativa.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

Empresa:	Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB
CNPJ:	03.206.056/0001-95
Sede:	Recife/PE
Endereço:	Rua Odorico Mendes, nº 700 - Campo Grande
Acionista Controlador:	Estado de Pernambuco
Tipo de Capital	Fechado
Abrangência de atuação:	Regional
Setor de atuação:	Habitação
Diretor de Gestão Financeira	Moacyr Souto Maior Borges Filho
Auditor Independente atuais	AUDIMEC - Auditores Independentes S/S CNPJ nº 11.254.307/0001-35
Conselho de Administração	José Antônio Uchôa Barbosa da Silva - Presidente
	Eduardo Campelo Soares Brandão - Secretário
	Fernando Luiz de Souza - Membro
Administradores	Bruno Moraes Lisboa - Presidente
	Antônio Florentino Calixto Júnior - Diretor
	Walter Humberto Blossey - Diretor
	Wilson Lima de Souza - Diretor
	Luís Alberto Gomes de Farias Filho - Diretor
	Moacyr Souto Maior Borges Filho - Diretor

2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB) é uma iniciativa do estado de Pernambuco que visa apoiar o desenvolvimento econômico e social do estado. Desde a sua criação, a CEHAB desenvolve empreendimentos imobiliários que atendem às necessidades habitacionais social, contribuindo para o aumento da qualidade de vida, bem como para a promoção do desenvolvimento econômico da região.

Os projetos desenvolvidos pela CEHAB têm promovido mudanças significativas para a economia local, melhorando a qualidade de vida, aumentando a oferta de emprego e sobretudo expandindo a estabilidade econômica.

Os investimentos no setor habitacional em nosso estado são essenciais para sustentar um ambiente de negócios propício à inovação e à competitividade.

Os investimentos no setor habitacional em nosso estado são fundamentais para a promoção de um ambiente de negócios favorável na geração de emprego, à inovação e à competitividade.

Além disso, os projetos da CEHAB apoiam a diversificação econômica, o que contribui para o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento de longo prazo, que ajudam a melhorar a qualidade de vida da população. Por meio de parcerias com empresas privadas, a CEHAB tem contribuído para a criação de projetos de habitação acessível e para o aumento da oferta de emprego.

Além disso, a CEHAB tem investido na infraestrutura das cidades, construindo e modernizando equipamentos públicos, como:

- Geração de emprego, renda e moradia, implantação de programas e projetos habitacionais com o objetivo de facilitar o acesso à moradia popular, assegurando assim a melhoria da qualidade de vida das famílias e da convivência social e, principalmente, a redução do déficit habitacional das camadas de menor renda.
- A geração de emprego, renda e moradia é crucial para garantir que todas as famílias tenham acesso ao que é necessário para ter uma boa qualidade de vida. Para isso foram criados programas e projetos habitacionais que facilitem o acesso à moradia popular, melhorando a convivência social e reduzindo o déficit habitacional das pessoas com menor renda.
- A CEHAB dispõe do Auxílio Moradia que é uma modalidade de transferência de renda do governo de Pernambuco destinada a famílias de baixa renda afetadas pela calamidade pública.
- A CEHAB realiza análise de engenharia e vistorias técnicas de Planos de Trabalho para 185 municípios de Pernambuco, além de análises técnicas da prestação de contas financeiras desses planos para áreas como infraestrutura urbana e rural, educação, saúde, segurança, desenvolvimento social, meio ambiente e sustentabilidade.

Essas análises e vistorias fazem parte da administração dos fundos do Estado de Pernambuco para o Desenvolvimento Municipal (FEM), que é gerenciado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAG).

As tarefas inclusas nesta tarefa abrangem a verificação da documentação dos projetos e contratos, bem como a realização de auditorias, análises de qualidade e avaliação de riscos. O objetivo destas tarefas é garantir que os projetos e os serviços prestados sejam adequados e de acordo com as leis e regulamentos vigentes.

- A CEHAB apoia na forma da legislação específica a regularização de terrenos residenciais é uma medida que pode trazer muitos benefícios às famílias de Pernambuco,

Tendo como objetivo reduzir o abismo entre a casa própria e a casa alugada, bem como a regularização de terrenos residenciais pode ser um meio para facilitar o acesso à casa própria.

Esta medida pode garantir uma melhoria da qualidade de vida das famílias, pois ajuda a reduzir os custos de vida e aumenta a estabilidade financeira.

Além disso, a regularização dos terrenos residenciais também pode aprimorar a convivência social, pois garante segurança jurídica para os proprietários de imóveis, bem como a responsabilidade de ambas as partes em relação às obrigações legais.

- Realizar desapropriações de bens declarados de utilidade pública ou de interesse social, em atendimento a política estadual de desenvolvimento urbano e social, compatíveis com os objetivos da companhia.

Tais políticas definem parâmetros para a desapropriação, como a quantidade de bens que devem ser desapropriados, as condições de aquisição por parte do Estado e a compensação ao proprietário.

Por meio desses parâmetros, a desapropriação pode ser realizada de forma justa e adequada, visando garantir a oferta de serviços públicos de qualidade e promover o desenvolvimento urbano e social de forma equilibrada.

- De maneira geral a CEHAB tem como objetivo promover a formação de um mercado imobiliário estatal estável, acessível e inclusivo. Para isso, a CEHAB busca promover a excelência na prestação de serviços, a inovação, a ética e transparência, a valorização do capital humano e a eficácia econômico-financeira.

Esses valores refletem o interesse público subjacente às atividades empresariais da CEHAB, garantindo que ela execute seu papel de contribuir para a justiça social e para o desenvolvimento da sociedade.

Além disso, estes princípios servem para orientar e inspirar a CEHAB ao realizar suas atividades de forma responsável e ética, mantendo sempre em mente o compromisso de servir o interesse público.

2.1. Atividades Empresariais – Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS

A CEHAB, por força da Lei nº 16.764/2019 passou a ser o agente operador do FEHIS, que tem como objetivo reduzir o déficit habitacional da população de baixa renda mediante a participação do Estado no Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSHIS do governo federal.

A estrutura organizacional na CEHAB é composta por representantes do Governo Estadual, dos Municípios, de entidades não governamentais e da sociedade civil organizada.

E por meio da CEHAB, o Estado disponibiliza recursos e subsídios para financiar empreendimentos habitacionais com a finalidade de erradicar o déficit habitacional.

A CEHAB é o responsável pela aprovação de empreendimentos habitacionais de interesse social, bem como pela aprovação de programas, planos e projetos que visem a melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda.

Além disso, o FEHIS também promove a cooperação entre os entes federados e a sociedade civil para a formulação e execução da política estadual de habitação de interesse social.

O FEHIS define os critérios de prioridade para atendimento da demanda habitacional e da regularização fundiária de áreas habitacionais ocupadas por famílias de baixa renda. Também analisa e delibera sobre planos, programas, projetos e atividades relacionadas à política estadual de habitação.

O FEHIS, portanto, é uma importante ferramenta para garantir o direito à moradia digna para todos, contribuindo para a inclusão social e para a melhoria da qualidade de vida das famílias de baixa renda.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento, aprovado pelo Governo de Pernambuco como parte da política financeira, que visa estabelecer metas de médio prazo para os gastos públicos.

O PPA funciona como uma espécie de “mapa”, usado para planejar as ações governamentais e definir prioridades.

Por outro lado, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento de curto prazo que define o montante de recursos que serão destinados à execução do PPA.

A LOA é aprovada anualmente, de acordo com as diretrizes do PPA.

Assim, o PPA estabelece as diretrizes para os próximos quatro anos, enquanto a LOA tem um foco anual. A LEI define as metas orçamentárias e é revisada periodicamente para garantir que sejam atingidas.

Nesses importantíssimos instrumentos de planejamento governamental, são estabelecidas as diretrizes, programas, ações, subações, objetivos e indicadores para a execução e gestão de atividades governamentais, estas atividades visam atender aos interesses da coletividade ou do imperativo de segurança nacional.

O PPA também prevê métricas para medir os impactos econômico-financeiros de seus objetivos, para isso, é necessário definir os Programas e Ações e Subações, direcionados para contribuir para o alcance de seus objetivos específicos.

A CEHAB desenvolve atividades que são direcionadas ao PPA e à LOA, visando alcançar os objetivos esperados para o Estado de Pernambuco e cumprir sua institucional de Missão e dos Objetivos.

Estes programas visam promover a melhoria na qualidade de vida dos moradores do Estado, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A partir disso, são listados os programas e ações e subações que são direcionados ao CEHAB, permitindo assim, no exercício de 2022, 3 (três) programas, a saber:

3.1. Programa de Governo 0430 - Formulação e Execução da Política Estadual de Regularização e Reorganização Fundiária, Em Áreas Urbanas, Ocupadas Por População de Baixa Renda.

Tem como objetivo: Regularizar e reorganizar a ocupação desordenada de áreas urbanas, ocupadas por população de baixa renda, viabilizando a posse da terra.

3.2. Programa de Governo 0450 - Apoio Gerencial e Tecnológico Para Promoção da Mobilidade e do Urbanismo.

Tem como objetivo: coordenar e implementar as políticas, diretrizes e objetivos na área da mobilidade e urbanismo e assegurar o suporte administrativo e tecnológico necessário ao seu desempenho

3.3. Programa de Governo 1029 – Habitabilidade

Tem como objetivo: apoiar as ações nas áreas de habitação, trânsito, transportes, lazer, cultura e saneamento ambiental, para atender a demanda desses serviços nos territórios estratégicos e polos de desenvolvimento.

O objetivo principal destes 03 (três) Programas são de oferecer uma melhor qualidade de vida para quem vive em condições precárias, além de garantir o acesso à moradia digna.

Além disso, a empresa também se compromete em realizar melhorias na infraestrutura do local, tais como terraplanagem, pavimentação e drenagem, recapeamento asfáltico,

tratamento de esgoto, construção de creches, perfuração de poços tubulares, entre outras melhorias. Estas melhorias visam aumentar a qualidade de vida da população local e contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

A CEHAB também realiza projetos de educação comunitária, ações de incentivo à preservação do meio ambiente e ações de conscientização social, com o objetivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento das áreas urbanas.

4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLITICAS PÚBLICAS.

As metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendem aos objetivos de políticas públicas, são utilizados pelos Administradores da empresa para avaliação de resultados e a tomada de decisão de investimentos, considerando sempre o custo incorrido nesta atuação, visando o atendimento dos objetivos globais da empresa e mantendo o negócio alinhado aos objetivos de desenvolvimento do Estado.

A seguir apresentamos 05 (cinco) subações, **orçados** em R\$ 420.971.223, sendo **liquidados** o montante de R\$ 405.530.284, correspondendo a 96,33%, conforme demonstrado abaixo:

4.1. Atividades que atendem aos Objetivos de Políticas Pública – **Melhoria da Habitabilidade:**

Descrição/Subação	ORÇADO	REALIZADO	
		R\$	%
Ampliação da Oferta de Habitação de Interesse Social	3.709.161	3.698.505	99,71
Conservação do Patrimônio Público da CEHAB	762.438	762.438	100,00
Execução de Obras de Infraestrutura de Urbanização	416.137.944	400.707.650	96,29
Formulação e Promoção da Política de Regularização Fundiária	60.000	60.000	100,00
Pesquisa e Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social	301.691	301.691	100,00
TOTAL GERAL	420.971.233	405.530.284	96,33

A redução do déficit habitacional é um dos principais objetivos da nossa missão e objetivos, assim como o apoio financeiro as famílias que vivem em condições de vida precárias em áreas sujeitas à intervenção do Estado através de obras estruturantes.

4.2. Atividades que atendem aos Objetivos de Políticas Pública – **Infraestrutura Urbana e Rural – Sustentabilidade - Desenvolvimento Social e Meio Ambiente**

O Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM) foi criado pelo governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), para apoiar os 185 municípios do estado nas áreas de infraestrutura urbana e rural, sustentabilidade, desenvolvimento social e meio ambiente.

A responsabilidade da CEHAB nessa atividade é limitada a análises técnicas de engenharia e realizações de vistorias técnicas dos Planos de Trabalho Municipais (PTM), bem como análises técnicas de prestação de contas financeiras.

Os PTM visam garantir a saúde e bem-estar de todos os cidadãos, por meio do acesso ao sistema de saúde, serviços sociais e ações de prevenção e promoção da saúde.

Dessa forma, são realizados investimentos em infraestrutura, equipamentos e recursos humanos para que as necessidades da população sejam atendidas.

De janeiro a dezembro de 2022, a CEHAB analisou 300 Planos de Trabalho Municipais (PTM) de 125 municípios pernambucanos. Os PTM incluíram projetos de melhoria e construção de infraestrutura urbana e rural, além de projetos de desenvolvimento social e meio ambiente.

O quadro abaixo resume 300 (trezentos) Planos de Trabalhos Municipais (PTM) de 125 municípios pernambucanos, **analisados**, pela CEHAB, no período de janeiro a dezembro de 2022:

Seq.	MUNICÍPIO	Qtde PTM	TOTAL DO CONCEDENTE	RECURSO PROPONENTE
01	AFOGADOS DA INGAZEIRA	1	305.768,43	18.342,47
02	AFRÂNIO	2	1.335.792,69	7.503,45
03	AGRESTINA	1	99.920,26	-
04	ÁGUA PRETA	3	700.000,00	115.448,33
05	ÁGUAS BELAS	2	599.840,56	83.503,33
06	ALAGOINHA	2	359.758,90	137.119,25
07	ALIANÇA	3	305.907,16	53.513,92
08	ALTINHO	5	1.366.719,02	114.244,07
09	AMARAJI	2	901.210,46	-
10	ANGELIM	1	615.152,13	-
11	ARAÇOIABA	3	1.082.531,51	198.736,02
12	ARCOVERDE	6	969.004,88	341.285,85
13	BARRA DE GUABIRABA	9	2.081.735,51	7.170,61
14	BARREIROS	2	1.346.597,71	174.044,59

15	BELÉM DE MARIA	5	867.337,96	142.906,84
16	BELÉM DE SÃO FRANCISCO	1	926.931,32	58.206,46
17	BELO JARDIM	4	1.275.436,76	261.866,93
18	BEZERROS	2	1.208.145,33	349.955,64
19	BODOCÓ	1	1.235.532,75	152.706,29
20	BOM JARDIM	4	3.017.230,13	1.092.811,33
21	BONITO	6	2.239.366,51	128.148,03
22	BUÍQUE	3	1.789.632,24	-76.354,93
23	CABROBÓ	3	1.379.334,69	108.147,41
24	CALUMBI	2	218.434,95	139.818,61
25	CAMUTANGA	4	794.084,18	30.705,40
26	CARPINA	1	150.000,00	57.385,96
27	CARUARU	1	15.000.000,00	1.650.000,00
28	CATENDE	2	1.590.329,49	5.205,81
29	CHÃ DE ALEGRIA	1	449.548,46	35.527,03
30	CHÃ GRANDE	2	285.000,00	47.507,48
31	CUMARU	10	3.077.042,19	23.947,04
32	CUPIRA	2	259.531,49	272.010,09
33	CUSTÓDIA	2	360.000,00	2.211,72
34	DORMENTES	1	300.000,00	5.073,18
35	ESCADA	2	1.435.373,73	-
36	EXU	2	294.537,99	152.770,95
37	FEIRA NOVA	1	299.952,55	32.512,87
38	FERREIROS	2	259.958,74	41.716,16
39	FLORES	2	639.838,72	690,93
40	FLORESTA	2	667.491,93	10.985,00

41	FREI MIGUELINHO	3	1.125.330,89	96.151,29
42	GARANHUNS	1	1.495.876,37	21.834,59
43	GLÓRIA DO GOITÁ	1	200.000,00	107.117,95
44	GOIANA	1	86.595,52	-
45	GRAVATÁ	4	3.197.812,23	285.570,60
46	IBIMIRIM	1	49.999,96	1.003,76
47	IGARASSU	1	109.998,83	88.017,43
48	IGUARACY	5	753.415,49	26.927,03
49	ILHA DE ITAMARACÁ	2	668.740,33	176.654,49
50	INAJÁ	1	905.640,09	107.278,55
51	IPOJUCA	1	2.019.899,74	-
52	ITACURUBA	1	463.447,63	-
53	ITAÍBA	1	237.154,34	-
54	ITAMBÉ	5	1.766.043,10	628.415,19
55	ITAPISSUMA	3	414.856,58	133.239,49
56	ITAQUITINGA	2	971.542,37	408.904,00
57	JABOATÃO DOS GUARARAPES	1	523.930,59	-
58	JAQUEIRA	1	55.569,02	66.457,93
59	JATAÚBA	1	150.000,00	36.685,57
60	JOÃO ALFREDO	1	100.000,00	18.911,80
61	JUCATI	1	-	-
62	JUPI	1	738.269,88	228.836,00
63	LAGOA DO CARRO	6	1.210.531,50	162.698,68
64	LAGOA DOS GATOS	3	1.072.434,55	320.406,22
65	LIMOEIRO	2	292.048,44	36.820,32
66	MACAPARANA	3	1.609.619,01	-

67	MACHADOS	1	179.999,46	22.906,90
68	MANARI	1	926.559,06	62.398,47
69	MARAIAL	1	99.403,28	6.301,59
70	MIRANDIBA	2	246.601,72	47.617,75
71	MOREILÂNDIA	1	199.420,22	-
72	MORENO	2	1.365.112,96	218.008,21
73	NAZARÉ DA MATA	4	1.119.961,86	232.256,58
74	OLINDA	2	3.475.820,60	11.630,91
75	OURICURI	2	3.438.136,93	180.827,15
76	PALMARES	1	100.000,00	71.822,09
77	PARNAMIRIM	2	1.014.003,61	8.689,51
78	PASSIRA	3	803.477,00	69.525,73
79	PAULISTA	2	15.999.969,09	1.857.657,28
80	PESQUEIRA	8	2.652.150,81	203.672,26
81	POÇÃO	4	727.593,05	16.398,58
82	POMBOS	2	229.935,68	71.870,75
83	PRIMAVERA	1	299.815,61	16.052,38
84	QUIPAPÁ	1	900.000,00	657.382,11
85	QUIXABA	1	99.999,82	36.855,29
86	RECIFE	12	34.165.439,90	12.188.057,24
87	RIACHO DAS ALMAS	3	1.684.508,52	212.567,28
88	RIBEIRÃO	1	69.500,00	-
89	SAIRÉ	1	149.999,55	23.857,59
90	SALGADINHO	1	462.782,53	31.291,02
91	SALGUEIRO	2	1.799.266,57	152.926,00
92	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	1	617.952,92	8.534,43

93	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	3	1.687.612,35	205.398,72
94	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	1	133.000,00	30.097,29
95	SANTA TEREZINHA	2	697.914,01	33.560,33
96	SÃO BENEDITO DO SUL	1	537.037,08	-
97	SÃO BENTO DO UNA	3	1.303.038,29	47.638,76
98	SÃO CAETANO	3	1.222.913,53	290.370,83
99	SÃO JOÃO	1	199.911,85	202.954,51
100	SÃO JOAQUIM DO MONTE	2	523.232,28	52.424,73
101	SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	4	2.107.172,13	109.994,72
102	SÃO JOSÉ DO EGITO	1	1.107.664,93	-
103	SÃO VICENTE FERRER	3	412.977,32	101.113,03
104	SÃO VICENTE FÉRRER	1	369.729,53	-
105	SERRA TALHADA	3	2.285.994,72	118.634,03
106	SERRITA	1	264.669,01	-
107	SERTÂNIA	3	1.264.371,66	676.544,77
108	SIRINHAÉM	2	399.997,44	57.284,85
109	SOLIDÃO	2	292.646,35	6.242,72
110	SURUBIM	3	1.832.073,23	187.697,72
111	TABIRA	4	1.261.115,16	17.333,07
112	TACAIMBÓ	5	560.000,00	89.200,24
113	TACARATU	2	359.995,29	15.460,02
114	TAQUARITINGA DO NORTE	2	1.211.419,71	9.211,07
115	TEREZINHA	2	308.925,64	20.052,21
116	TERRA NOVA	1	463.459,71	97.905,19
117	TIMBAÚBA	7	2.056.746,07	178.820,53
118	TRINDADE	1	1.081.419,63	307.681,81

119	TRIUNFO	1	150.000,00	27.775,28
120	TUPANATINGA	2	803.429,08	-
121	TUPARETAMA	1	460.000,00	37.736,67
122	VENTUROSA	2	763.692,37	-
123	VERDEJANTE	1	461.437,72	-
124	VICÊNCIA	3	568.160,01	27.162,02
125	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	2	274.998,76	137.860,09
TOTAL GERAL		300	172.562.933,40	28.424.567,32

5. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A CEHAB é responsável por desenvolver políticas públicas para garantir acesso à habitação para famílias de baixa renda.

Para isso, a CEHAB depende do financiamento proveniente de várias fontes, as principais fontes de financiamento para as políticas públicas da CEHAB são as subvenções para financiamentos e investimentos do Governo do Estado de Pernambuco (Fontes 0101, 0103, 0140 e 0242); receitas provenientes da atividade imobiliária - venda de imóveis e kits de construção (Fonte de Recurso 0241); e receitas de Financiamento/Empréstimo (Fonte 0102).

Essas fontes de financiamento permitem que a CEHAB crie e desenvolva políticas públicas que garantem o acesso à habitação para famílias de baixa renda.

Por meio do financiamento, a CEHAB pode oferecer a aquisição de moradia, financiar obras de infraestrutura, construir casas populares, fornecer assistência técnica, desenvolver projetos de reforma urbana, entre outras ações.

Além disso, o financiamento proporciona um ambiente propício para a criação de políticas públicas que promovam a inclusão social, o desenvolvimento das comunidades rurais e urbanas e o bem-estar da população.

A execução de atividades alinhadas às políticas públicas no exercício de 2022 demandou recursos de diversas fontes. Abaixo, detalhamos as origens dos recursos empregados para execução de atividades alinhadas às políticas públicas, no exercício de 2022:

FONTES DE RECURSOS		Orçado	
Cód	Descrição	R\$	%
101	Recursos Ordinários - Adm Direta	315.920.502	73,72
102	Recursos de Convênios e Fundos Pedidos/ Contratos de Repasses - Adm Direta	6.323.567	1,48
103	Recursos de Operações de Crédito - Adm Direta	768.429	0,18
140	Operações de Crédito Multissetoriais	104.614.260	24,41
241	Recursos Próprios - Adm. Direta	342.812	0,08
242	Recursos de Convênios e Fundos Pedidos/ Contratos de Repasses - Adm Indireta	578.450,36	0,13
TOTAL GERAL		428.548.020,38	100,00

6. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Política Financeira do Estado de Pernambuco consiste em dois instrumentos principais para planejar e acompanhar as despesas públicas: o Plano Plurianual (**PPA**) e a Lei Orçamentária Anual (**LOA**).

O **PPA** é um plano de médio prazo estabelecido pelo Governo e revisto anualmente. É a ferramenta que estabelece os objetivos e prioridades para as despesas públicas do Estado, envolvendo o orçamento financeiro (receitas e despesas públicas) e o orçamento de investimento (investimentos públicos).

Por sua vez, a **LOA** é um instrumento de curto prazo que revisa anualmente os dados orçamentários definidos no PPA. É a lei que institui o orçamento financeiro do Estado e estabelece os limites para as despesas públicas.

Ela também prevê a distribuição dos recursos públicos para as diversas áreas da administração pública, de acordo com as diretrizes estabelecidas no PPA.

Nesse sentido a CEHAB desenvolve suas atividades em parceria com os governos municipais, a Caixa Econômica Federal e o Governo Federal.

Estas parcerias possibilitam a implementação de ações conectadas e integradas, que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e para a redução das desigualdades sociais.

A CEHAB tem o objetivo de atuar na redução do déficit habitacional do Estado de Pernambuco, buscando solucionar os problemas habitacionais de interesse social.

A CEHAB também visa o desenvolvimento econômico e social, aprimorando a infraestrutura urbana e os serviços públicos, contribuindo para o crescimento das

idades e regiões e sobretudo a melhoria da qualidade de vida das famílias e a convivência social.

Esses aspectos incluem custos e o cumprimento dos termos do licenciamento ambiental e os riscos associados aos impactos das atividades na flora, fauna e comunidade, o que pode resultar em impactos econômico-financeiros para a consecução dos objetivos da CEHAB.

A implementação desta política também traz benefícios financeiros a longo prazo. Esta economia pode ser alocada em outras áreas, criando assim um efeito multiplicador econômico.

As mudanças na economia brasileira podem afetar diretamente as políticas de desenvolvimento da CEHAB, pois dependem da estabilidade econômica do país e ao mesmo tempo trazem impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas.

Segue abaixo apresentações dos Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas, da CEHAB, de médio e do curto prazo da empresa no cumprimento de sua missão, ou seja: atuar na redução do déficit habitacional do Estado por meio da racionalização dos problemas habitacionais de interesse social, em parceria com as Prefeituras Municipais, a Caixa Econômica e o Governo Federal:

6.1. Planejamento – Médio Prazo

O planejamento de **médio prazo** da CEHAB para o quadriênio: **2020/2023** e demais órgãos estaduais foi elaborado sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) em conjunto com: órgãos da administração estadual, legislativo, judiciário, ministério público.

A Lei n. 17.549 de 21 dezembro de 2021, que aprovou a revisão do Plano Plurianual de 2020/2023, organizou a atuação governamental em programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o referido período.

O detalhamento das Ações ficou assim estabelecido:

AÇÃO		FINALIDADE	META FÍSICA			
Cod	Descrição		Localização	2020	2021-2023	TOTAL
2327	Regularização Fundiária e Oferta de Lotes Urbanos com Interesse Social	Regularizar a ocupação desordenada em áreas habitadas por população de baixa renda titulando a posse da terra e garantir acesso a lotes/áreas urbanizadas para construção de moradias	RD 10 - Mata Sul	500	970	1.470
			RD 12 - Região Metropolitana	2.650	12.490	15.140
			TOTAL GERAL	3.150	13.460	16.610
1547	Contribuições Patronais da Companhia Estadual de Habitação e Obras ao FUNAFIN	Proceder ao pagamento dos encargos sociais dos servidores da Companhia Estadual de Habitação e Obras ao FUNAFIN	Não Regionalizada	1	3	4
			TOTAL GERAL	1	3	4
2224	Manutenção da Tecnologia de Informação e Comunicação da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB	Eficientizar a estrutura de serviços de comunicação de dados, voz, imagem, videoconferência e outros, utilizada para a consecução das atividades necessárias à prestação de serviços da Instituição.	Todo o Estado	1	3	4
			TOTAL GERAL	1	3	4
2998	Encargos Gerais da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB	Não se Aplica	Não Regionalizada	1	3	4
			TOTAL GERAL	1	3	4
4354	Gestão das atividades da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB	Coordenar o processo de planejamento, orçamentação e monitoramento das ações da Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB e executar as atividades de suporte administrativo à gestão dos seus programas finalísticos	Não Regionalizada	1	3	4
			TOTAL GERAL	1	3	4
4599	Concessão de Vale Transporte e Auxílio Alimentação a Servidores da CEHAB	Fornecer vale transporte e auxílio alimentação aos Servidores da Companhia Estadual de Habitação	Não Regionalizada	1	3	4
			TOTAL GERAL	1	3	4
4058	Ampliação da Oferta de Habitação de Interesse Social	Reduzir o déficit habitacional e moradias inadequadas do Estado	RD 03 - Sertão do Araripe	28		28
			RD 07 - Agreste Meridional	1		1
			RD 11 - Mata Norte	64		64
			TOTAL GERAL	93	0	93

Fonte: Plano Plurianual - PPA 2020/2023

6.2. Planejamento - Curto Prazo

A subvenção/transferência voluntária do Governo de Pernambuco, recurso do Governo Federal e a Arrecadação da Carteira Própria, são utilizados para custear os programas e políticas públicas de habitação do estado sob a responsabilidade da CEHAB, bem como a manutenção operacional da empresa.

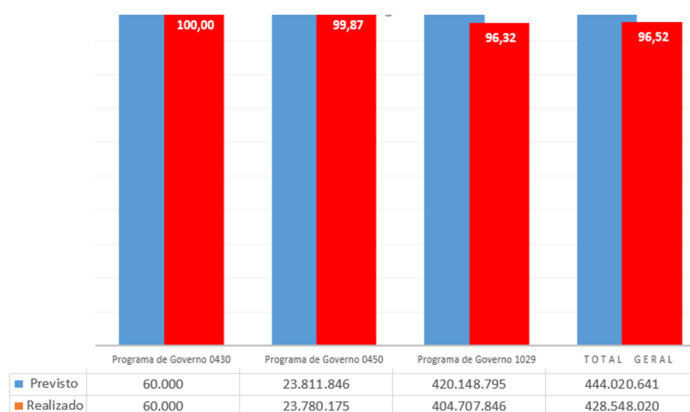
A CEHAB possui recursos financeiros que são utilizados para custear os programas de habitação do Estado.

Esses recursos veem de três fontes principais: subvenções ou transferências voluntárias do Governo de Pernambuco, recursos do Governo Federal e arrecadação da Carteira Própria.

Esses recursos são fundamentais para o sucesso dos programas e políticas de habitação do Estado, além de garantir a manutenção operacional da empresa.

A CEHAB é responsável por realizar projetos de habitação que ajudem a promover a qualidade de vida e o desenvolvimento social das populações pernambucanas.

O gráfico abaixo mostra os três programas de governo que tiveram impacto econômico-financeiro na Operacionalização das Políticas Públicas incorporadas a CEHAB para o Orçamento Fiscal de 2022. Os valores ajustados foram previstos e realizados e são os seguintes:



O Programa 1029 é uma iniciativa do Governo do Estado para apoiar as ações nas áreas de habitação, trânsito, transportes, lazer, cultura e saneamento ambiental.

O programa foi orçado em R\$ 420.148.785 para o exercício de 2022, o que correspondeu a 94,62% do orçamento fiscal para o ano.

O objetivo do Programa 1029 é atender à demanda local por serviços nesses setores nos territórios estratégicos e polos de desenvolvimento. Além disso, o programa investe em infraestrutura para melhorar o acesso a esses serviços e promover o desenvolvimento econômico e social dos municípios

- Abaixo apresentamos a descrição sintética dos 03 (três) Programas de Governo (Códigos: **0430**, **0450** e **1029**) de responsabilidade da CEHAB em consonância com a nossa Missão e Objetivos institucional:

**Programa de Governo
– 0430 –**

**FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL
DE REGULARIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA,
EM ÁREAS URBANAS, OCUPADAS POR POPULAÇÃO DE
BAIXA RENDA**

Tem como objetivo: Regularizar e reorganizar a ocupação desordenada de áreas urbanas, ocupadas por população de baixa renda, viabilizando a posse da terra.

APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO PARA PROMOÇÃO DA MOBILIDADE E DO URBANISMO.

**Programa de Governo
- 0450 -**

Tem como objetivo: coordenar e implementar as políticas, diretrizes e objetivos na área da mobilidade e urbanismo e assegurar o suporte administrativo e tecnológico necessário ao seu desempenho.

MELHORIA DA HABITALIDADE.

**Programa de Governo
- 1029 -**

Tem como objetivo: apoiar as ações nas áreas de habitação, trânsito, transportes, lazer, cultura e saneamento ambiental, para atender a demanda desses serviços nos territórios estratégicos e polos de desenvolvimento.

7. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

As Diretoria Executivas da CEHAB têm trabalhado para aprimorar o bem-estar de todos os cidadãos pernambucanos, bem como para atender às necessidades e às expectativas dos servidores.

Foram desenvolvidas atividades diversas para assegurar que as políticas públicas sejam adequadas e respondam às necessidades de todos.

7.1. Diretoria de Projetos e Orçamento - DPO

Durante o Ano de 2022, teve como atribuições básicas, ao atendimento às demandas, relativas aos empreendimentos de cunho habitacional e de infraestrutura, visando ao atendimento aos processos e pleitos encaminhados à Companhia, respeitando as disposições dos seus normativos e estatutos, relacionados aos programas no âmbito do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Neste sentido descrevemos abaixo um breve relato das principais ações desenvolvidas por esta Diretoria no Ano de 2022, onde evidenciamos o seu conseqüimento:

- Elaboração de projetos para reforma e ampliação, obras de infraestrutura urbana, projeto de destino final de esgoto e melhorias habitacionais de diversos empreendimentos no âmbito Estadual e Municipal;
- Elaboração de projetos de pavimentação, drenagem e rede de esgotos de 07 ruas em Peixinhos do empreendimento das UEs 11 e 12, vinculada ao Programa PAC 1;
- As Built e revisão do projeto de esgotamento sanitário de Santa Cruz do Capibaribe para entrega do sistema à COMPESA;
- Contrato nº 067/2022 com empresa especializada em meio ambiente para elaboração de relatório sobre o Canal do Fragoso entre as estacas 216 e 222 em atendimento às exigências do CPRH;

- Desenvolvimento e conclusão do Contrato nº 25/2021 para elaboração de diagnósticos e projetos de pavimentação, drenagem redes de esgoto e adutoras de para complementação da infraestrutura dos habitacionais da Operação Reconstrução e diversos municípios do estado;
- Conclusão do projeto e montagem de processo licitatório para construção da Unidade de Saúde Básica - II em Vila Claudete, Cabo de Sto. Agostinho;
- Conclusão do projeto e montagem de processo licitatório para construção da Creche em Vila Claudete, Cabo de Sto. Agostinho;
- Elaboração de projetos e orçamento para reforma do galpão e estacionamento do prédio da SEPLAG em Santo Amaro -Recife;
- Conclusão do projeto e para construção de Escola de Ensino Fundamental I e II com Quadra de Esportes em Vila Claudete, Cabo de Sto. Agostinho, pelo Contrato nº 15/2021 da empresa Porsan;
- Conclusão do projeto e montagem de processo licitatório para construção da Praça do ABC, na comunidade Escorregou Tá Dentro, em Afogados - Recife;
- Elaboração de projeto e orçamento para complementação de drenagem do Habitacional Agamenon Magalhães, no IPSEP - Recife;
- Desenvolvimento e conclusão do contrato de projetos de micro e macrodrenagem da Bacia do Canal do Fragoso pelo Contrato nº 20/2022 do Consórcio ASTEP/ENTEL;
- Montagem dos elementos para elaboração do Termo de Referência de PROJETOS Casa Verde & Amarela para Habitacional em jardim Atlântico - Olinda;
- Análise técnica dos projetos e orçamentos para convênio de construção de equipamentos públicos e intervenções urbanísticas em São Vicente Ferrer;
- Elaboração de projeto para Coberta da Feira Sta Cruz do Capibaribe;
- Vistoria para elaboração de rede de esgotos de um habitacional em Lagoa do Ouro;
- Montagem do processo licitatório do Binário Moda Center em Santa Cruz do Capibaribe;
- Emissão de licenças ambientais para diversos empreendimentos no estado;
- Elaboração de orçamentos de obras e serviços;
- Elaboração de Termos de referência para contratação de obras e serviços;

- Atribuição de preços unitários de novos itens nos processos de aditivo, em apoio à DOB;
- Análise de orçamentos terceirizados;
- Análise de documentação técnica para fins de reequilíbrio financeiro dos contratos, em apoio ao DAJ;
- Cadastramento dos itens de serviço junto ao Sistema E-fisco;
- Montagem de documentação para composição de processos licitatórios;
- Análise de projetos de engenharia;
- Cotações de preços dos serviços e insumos quando fora das tabelas oficiais de referência.
- Elaboração de 17 (dezessete) Planos de Trabalho, referentes aos Aditivos de Prazo dos Convênios, com seus enquadramentos e firmados com a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Desenvolvimento Regional, sendo:
 - 02 (dois) Bodocó TC nº 0250.274-82/2008,
 - 02 (dois) Canal do Jordão TC nº 0222.639-96/2007,
 - 02 (dois) Glória do Goitá TC nº 0250.286-26/2008,
 - 02 (dois) Goiana TC nº 0233.397-05/2007,
 - 02 (dois) Sairé TC nº 0250.308-8/2008,
 - 02 (dois) Santa Cruz do Capibaribe TC nº 0233.405-04/2007,
 - 02 (dois) Serra Talhada TC nº 0233.406-18/2007,
 - 02 (dois) Timbaúba TC nº 0233.409-36/2007 e UE 11, 12 e 13 TC nº 0222.635-50/2007;
- Elaboração de 02 (dois) Planos de Trabalho, referentes aos Aditivos de Valor dos Convênios, com seus enquadramentos e firmados com a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Desenvolvimento Regional, sendo:
 - 01 (um) Bodocó TC nº 0250.274-82/2008,
 - 01 (um) Glória do Goitá TC nº 0250.286-26/2008, Escorregou Tá Dentro TC nº 0301.545-42/2009 e Pesqueira TC nº 0233.402-72/2007;
- Elaboração 01 do conjunto com todos os Elementos Técnicos (modelo Caixa) – Convênio FGTS/Caixa, relativo à alteração Contratual de Valor, referente à reprogramação das obras de engenharia do empreendimento Canal do Frágoso II nº 0269.994-93/2008 – Operação de Crédito - FGTS;
- Elaboração de Justificativa Técnica do pedido de redução de meta física, compreendido entre as estacas 70.0 A 116.0, do empreendimento Via Metropolitana Norte, município de Olinda, TC nº 0398.475-48/2015;
- Elaboração de Nota Técnica, visando esclarecer a Comunicação Eletrônica - CE Caixa nº 4141/2019 (01/10/2021), quanto a exigência da meta Regularização Fundiária, do empreendimento Ipojuca – Elaboração de Projetos TC nº 0352.893-38 /2011;

- Elaboração de 04 (quatro) Planos de Trabalho Final, visando à Prestação de Contas Final, finalizando os Convênios, junto à Caixa Econômica Federal e Ministério de Desenvolvimento Regional (antigo MCidades), dos empreendimentos de: Ipojuca Elaboração de Projetos, TC nº 0352.893-38/2011, Ilha de Itamaracá TC nº 0250.288-44/2008, Lagoa do Carro TC nº 0250.296-41/2008, Lagoa do Náutico TC nº 0223.916-71/2007 e Terra Nova TC nº 0250.313-51/2008;
- Elaboração de 04 (quatro) de Quadro de Composição do Investimento – QCI, visando a reprogramação das metas físicas de engenharia e futura aprovação pela Caixa Econômica Federal dos empreendimentos de: Canal do Jordão TC nº 022.639-96/2007, Mulheres de Tejucupapo TC nº 0301.544-37/2009, Via Metropolitana TC nº 0398.475-48/2015 e UE 11, 12 e 13 TC nº 0222.635-50/2007;
- Indicação de Fontes de Recursos nos Cronogramas de Desembolso para 01 obra remanescente do empreendimento de Escorregou Tá Dentro, vinculada aos Convênio com a Caixa, visando o encaminhamento do processo à Comissão de Licitação;
- Pedido de Análises de 268 (duzentos e sessenta e oito) de: Planos de Trabalho, realizações de relatórios e vistorias técnicas às obras concernentes aos objetos inseridos nos Planos de Trabalhos Municipais, integrantes do Programa Fundo de Desenvolvimento Municipal – FEM e Emendas Parlamentares Estaduais;
- Pedido de Análises de 269 (duzentos e sessenta e nove) de Prestação de Contas Financeira concernentes aos objetos inseridos nos Planos de Trabalhos Municipais, integrantes do Programa Fundo de Desenvolvimento Municipal – FEM e Emendas Parlamentares Estaduais;

Em resumo, a competência desta Diretoria, no sentido mais amplo, cabe - planejar, executar, elaborar, avaliar, atividades meio, visando dar suporte técnico aos projetos (objetivos) da Companhia e das demais Diretorias, porém, é de alvitre registrar que, nesse ano de 2022, o número de demandas está substancialmente elevadas em relação a quantidade de profissionais existentes, o exemplo desse fato, é que, só existe apenas 01 (um) profissional qualificado para as análises de Prestação de Contas, assim como, os profissionais de engenharia e arquitetura está bastante modesto, além de equipamentos quebrando (por falta software obsoletos e lentos), dificultando a celeridade e presteza do fluxo normal dos trabalhos.

7.2. Diretoria de Apoio Jurídico - DAJ

Durante o curso do ano de 2022, a Diretoria de Apoio Jurídico da Companhia Estadual de Habitação e Obras, continuou com sua missão de prezar pela obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, melhor interesse público, entre outros, no sentido de auxiliar a Companhia a desenvolver suas atividades finais.

Para tanto, atuou no acompanhamento dos Contratos de Repasse firmados junto à Caixa Econômica Federal e/ou outros órgãos financiadores, organizando a compilação de informações de diversos setores técnicos da Companhia e realizando interlocução com a Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e o Governo do Estado.

Por outro lado, no acompanhamento de contratos, atuou atendendo à solicitação de gestores contratuais, sejam elas de alterações de valores, vigência e/ou concepção de projetos, visando atender ao melhor interesse público e na busca de entregar o melhor produto público possível, dadas as especificações de cada caso concreto, empreendimento e/ou projeto.

Atuou, também, na interlocução da Companhia com as diversas esferas do Poder Judiciário (federal, estadual, trabalhista), bem como junto aos órgãos de Controle que, por lei, a Companhia encontra-se vinculada, sem prejuízo de atuação junto aos órgãos do Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho e esferas policiais.

Concentrou, também, as comunicações e interlocuções com Prefeituras, através de suas Procuradorias Gerais, em casos de evidente matéria jurídica, por ser de sua competência.

Na sua competência institucional, ressalte-se, atuou no sentido de orientar, da melhor forma e balizada nas normas previstas em legislação pública, a atuação dos diversos setores técnicos da Companhia, auxiliando-os no desenvolvimento de suas atividades, sempre que instada a se manifestar ou se fazer presente em debates e reuniões.

Assim, durante a execução do ano de 2021, coube a Diretoria de Apoio Jurídico, entre outros atos, conforme acima explicitado:

- a) Acompanhar Contratos de Repasses;
- b) Acompanhar Contratos Administrativos;
- c) Realizar interlocução com o Poder Judiciário, Órgãos de Controle, Ministério Público, Polícias e Procuradorias Municipais;
- d) Auxiliar e acompanhar os setores técnicos da Companhia

Por fim, avalia que o desempenho no desenvolvimento das atividades foi satisfatório, considerando as dificuldades vividas em razão da pandemia, ainda persistente, do Covid-19, que, por óbvio, restringe as atividades desenvolvidas.

7.3. Diretoria de Obras – **DOB**

Enfoque Fundamental dos ODS nas obras de responsabilidade da DOB

A DOB e demais órgãos da empresa em 2022, trabalharam incansavelmente para atender as obras de infraestrutura e apoiar melhorias habitacionais em Pernambuco, acompanhando e monitorando as ações de urbanização em

comunidades carentes com o objetivo de promover o acesso à moradia e garantir uma melhor qualidade de vida para as famílias e convivência social.

O nosso objetivo é reforçar os nossos valores de honestidade, integridade, respeito pelos outros e, acima de tudo, sustentabilidade social.

Nesse sentido a DOB desempenhou um papel importante na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),

No ano fiscal de 2022, a DOB reforçou seus esforços para promover os cumprimentos desses objetivos, abaixo apresentamos o Foco fundamental dos ODS e nossa colaboração no restante desse ODS:

Foco Fundamental dos ODS nas obras de responsabilidade da DOB



Contribuição Indireta para o restante dos ODS



As características fundamentais do DOB são a inspeção e aplicação do controle sistemático de qualidade de engenharia, a emissão de relatórios periódicos de avaliação.

Nesse sentido, os atributos fundamentais da DOB são a inspeção, aplicação do controle sistemático da qualidade da engenharia, emissão de relatórios periódicos de avaliação, bem como a realização avaliação das empresas contratadas.

A DOB é responsável por assegurar que os processos de projeto e produção estejam alinhados com os padrões de qualidade, que todos os requisitos funcionais sejam cumpridos e que os produtos sejam seguros e eficientes.

A DOB também assegura que o projeto é documentado apropriadamente e que os processos e procedimentos cumpram os padrões legais e regulamentares.

Além disso, a DOB inclui procedimentos para manter, atualizar e melhorar a qualidade, bem como garantir o cumprimento dos serviços contratados, bem como:

- a) As medições e pareceres sobre obras e serviços executados são fundamentais para garantir a qualidade do trabalho realizado.

É uma tarefa que exige grande atenção e responsabilidade, pois todos os detalhes devem ser considerados para garantir a segurança e a durabilidade do serviço.

A elaboração de medições e pareceres deve ser minuciosa e atenta. Os profissionais envolvidos devem examinar o local e as instalações, verificar o bom funcionamento dos equipamentos e avaliar os materiais utilizados.

Além disso, deve-se atentar para detalhes como a segurança de todos os envolvidos e a prevenção de acidentes.

Por fim, todos os dados coletados devem ser devidamente documentados para servir de referência para futuros projetos. Essa etapa é crítica para garantir a qualidade do serviço executado, pois evita ocorrências de falhas ou problemas futuros.

- b) O apoio às unidades sob a responsabilidade da SEDUH e/ou CEHAB, em assuntos de construção de prédios; controle e análise de documentos e dos custos das obras;

Esses apoios incluem o controle e análise de documentos e custos para obras. Por meio destas ações, a SEDUH e/ou CEHAB podem promover a construção de prédios de forma segura, acessível e de qualidade, oferecendo soluções apropriadas para as necessidades das comunidades locais.

- c) Elaboração de cronograma físico financeiro de projeto;

Após a definição do escopo, é necessário estipular os recursos humanos, materiais e financeiros que serão necessários para a execução do projeto. Esta etapa também inclui a definição dos prazos para cada tarefa, bem como a estimativa de custos previstos.

Após a definição do escopo, é necessário estipular os recursos humanos, materiais e financeiros que serão necessários para a execução do projeto.

Esta etapa também inclui a definição dos prazos para cada tarefa, bem como a estimativa de custos previstos.

d) Elaboração de orçamento do projeto;

Com a elaboração de um orçamento para o seu projeto, se tem uma visão clara dos custos e dos gastos esperados.

Uma vez que todos os custos foram estimados, é hora de somar tudo. Também é importante lembrar que o orçamento pode mudar com o passar do tempo, então é importante ter alguma folga para cobrir quaisquer imprevistos.

Com o tempo, o orçamento pode precisar ser ajustado para refletir as mudanças nas condições de mercado. Reavalia-se o orçamento periodicamente para garantir que você está trabalhando com o melhor plano possível.

e) A elaboração de termos de referência e solicitação de termos aditivos, quando necessário e devidamente justificado, com análise de preços e cronograma;

O processo inclui uma análise detalhada dos custos, onde os custos diretos e indiretos são avaliados e traçados de acordo com a natureza e a extensão do projeto.

O processo também envolve uma análise de cronograma para garantir que o projeto possa ser concluído dentro do prazo.

Os aditivos podem ser solicitados para ajustar, prazos, reequilíbrio financeiro o escopo ou o cronograma quando as condições do projeto mudam ou para incorporar novos requisitos.

f) A elaboração e análise de projetos de instalações prediais; a elaboração de laudos e pareceres técnicos de vistoria de edificações e de áreas (terrenos);

O principal objetivo é garantir que todos os códigos e regulamentos sejam seguidos, a fim de evitar incidentes desnecessários e resultados indesejados.

Além disso, para que o projeto seja completamente desenvolvido e aprovado, é necessário conhecer os materiais a serem utilizados, os custos envolvidos e os métodos de instalação adequados.

A elaboração de laudos e pareceres técnicos de vistoria de edificações e de áreas (terrenos) é outra tarefa importante e que requer conhecimento técnico abrangente.

O objetivo principal é avaliar a qualidade da edificação ou do terreno, verificar se todas as especificações técnicas e códigos foram seguidos, identificar problemas existentes e recomendar soluções adequadas.

É importante conhecer os materiais, métodos e estruturas a serem avaliados, bem como os métodos de vistoria apropriados para garantir a qualidade do trabalho.

- g) A análise e interpretação de estudos geotécnicos, topográficos e outros; a participação de equipes de trabalho multidisciplinares; a elaboração e análise de projetos de infraestrutura urbana;

O objetivo nessa ação é garantir que os projetos sejam executados de maneira eficaz e segura, de acordo com especificações técnicas, leis e regulamentações aplicáveis.

As equipes da DOB acompanham os progressos dos projetos, fazem visitas regulares para verificar seu desempenho e implementam as melhorias necessárias para otimizar o desempenho dos projetos.

- h) O atestado de faturas de obras e a realização de outras tarefas correlatas.

O atestado de faturas de obras reflete os serviços executados pela empresa contratada assim como os valores de pagamento, juntamente com todos os detalhes relacionados ao trabalho.

Ele também deve incluir informações sobre material e equipamento necessários para a prestação dos serviços, além de quaisquer outras informações necessárias para a realização da obra.

Esse documento é importante para a CEHAB, pois ajuda a garantir que a empresa contratada esteja cumprindo os termos acordados e ainda aumenta a credibilidade da empresa contratada.

7.4. Diretoria Administrativo e de Operações – DAO

Mesmo diante de um cenário econômico de moderada retração, continuamos atuando para suprir as necessidades de imediata do parque de TI da empresa que se encontra desatualizado, subdimensionados e com vida útil sobrepujada.

Apesar de um cenário econômico de retração, tivemos pressa em atualizar e aprimorar nosso parque de TI. É necessário implementar uma abordagem sistemática para atender às expectativas de modernização, considerando também a necessidade de melhorar a performance e a segurança de nosso sistema.

Uma estratégia de modernização do parque de TI teve como meta priorizar, em primeiro lugar, a atualização, ou mesmo a substituição, dos equipamentos obsoletos. Isso é fundamental para garantir o nível de performance e integridade dos serviços ofertados.

Além disso, é importante investir na aquisição de softwares e ferramentas que possam aumentar a eficiência e segurança dos serviços ofertados.

Todas essas medidas foram fundamentais para modernizar o parque de TI da empresa, promovendo o aumento da produtividade e melhorando a segurança dos dados e dos serviços ofertados.

Merecem destaque os investimentos em:

- Aquisição de 50 (cinquenta) Microcomputadores - estação de trabalho básica, processador com performance mínima de 6.000 Pontos, memória RAM DDR4;
- Aquisição de 02 (dois) Notebook - estação de trabalho móvel, processador com performance mínima de 6.000 pontos, no performancetest da passmark software, memória RAM DDR4, COM 8 GB;
- Aquisição de 08 (oito) Microcomputador - estação de trabalho intermediária, processador com performance mínima de 9.000 pontos, no performancetest da passmark software, memória RAM DDR4, com 8 GB, com 1 disco SSD, de 240 GB;
- Aquisição de 58 (cinquenta e oito) Monitores de vídeos - tamanho da tela mínimo de 21,5", resolução mínima suportada 1920 x 1080 a 60 HZ, tipo LED, widescreen, com regulagem de inclinação, acompanha 1 cabo de alimentação, 1 cabo de vídeo analógico.

Para assegurar que a empresa cumpra com seus princípios de governança corporativa e políticas públicas, diversas ações foram implementadas.

Estas ações incluem a realização de eventos de comunicação e sociais para estabelecer e fortalecer relações com a sociedade, servidores, clientes, fornecedores, governo e a própria empresa.

Esses eventos não só ajudam a estabelecer uma boa relação entre eles, mas também servem para comunicar eficazmente as diretrizes da empresa e incentivar os colaboradores a se alinharem a elas.

Além disso, esses eventos também são uma boa oportunidade para que a empresa mantenha um diálogo com os seus clientes e fornecedores, o que ajuda a melhorar o relacionamento institucional com a sociedade como um todo.

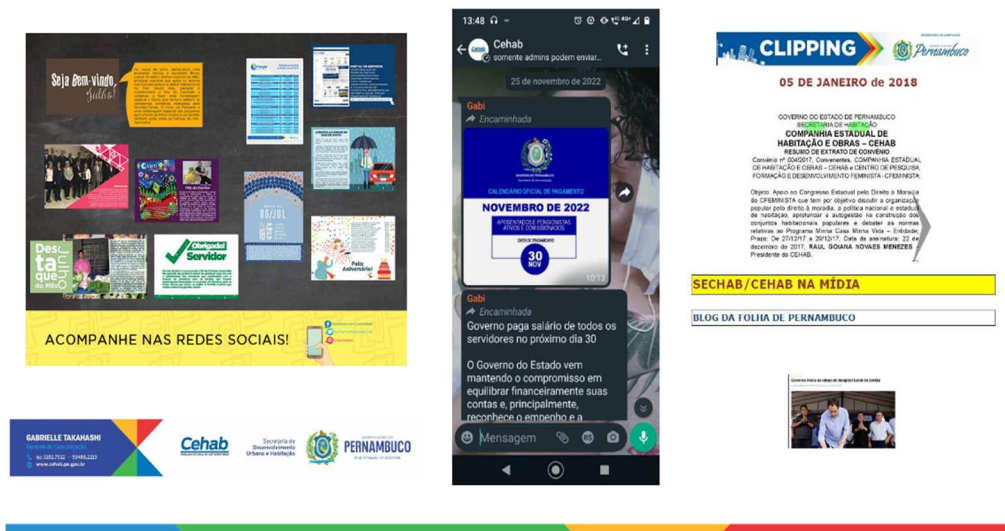
DIVULGAÇÃO NAS REDES SOCIAIS



MATERIAL GRÁFICO



COMUNICAÇÃO INTERNA

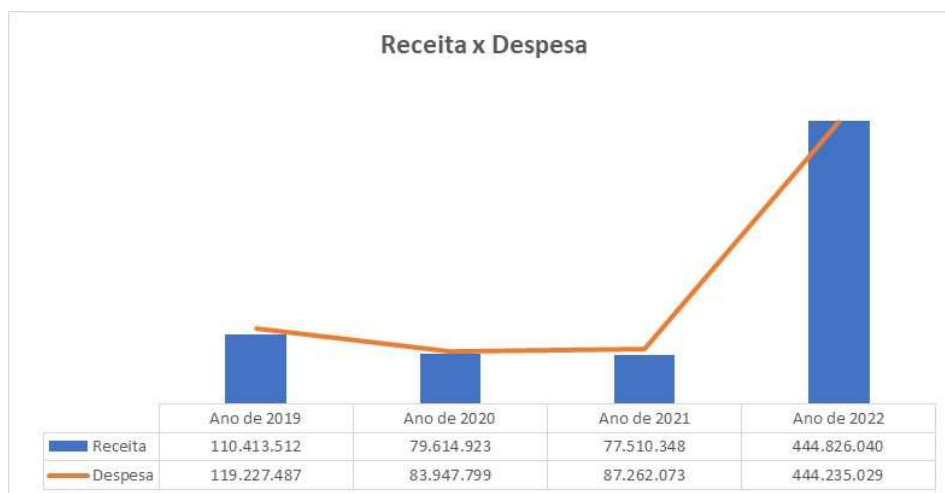


7.5. Diretoria de Gestão Financeira – DGF

7.5.1. DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Evolução da Receita, Despesa e do Prejuízo/Lucro

O gráfico abaixo apresenta a Demonstração do Resultado Consolidado: Receita dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019, 2020, 2021 e 2022:



A RECEITA excedente foi de R\$ 363.315.692, um aumento de R\$ 473,90% em relação ao ano anterior.

Isso se deve ao aumento dos recursos gerais e das operações especiais de crédito multissetorial para atender às expectativas de novas obras prioritárias e estruturantes do governo.

O aumento das DESPESAS excedentes no governo em relação ao ano anterior foi significativo, totalizando R\$ 356.972.956, um aumento de R\$ 409,08%, quando comparada com o ano anterior.

O aumento destas despesas se deu principalmente devido às obras prioritárias e estruturais iniciadas pelo governo.

Estas obras abrangem diversas áreas, como infraestrutura, saúde, educação, entre outras.

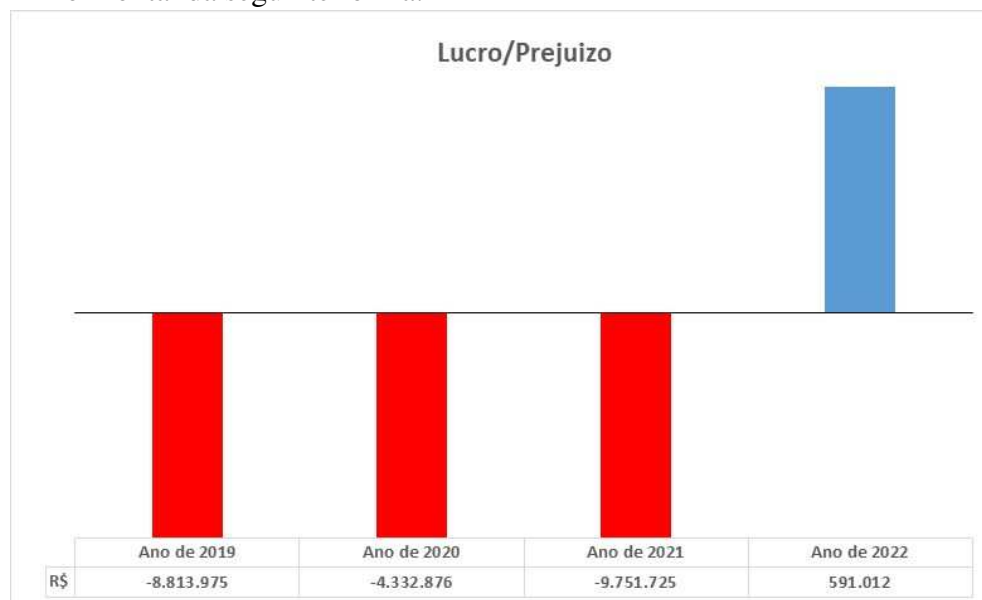
Ao mesmo tempo que essas obras foram fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do estado.

Ao financiar essas obras, o governo conseguiu criar melhores condições de vida para a população, aumentando assim a qualidade de vida das pessoas.

Evolução do Lucro/Prejuízo

Análise do comportamento da evolução do Lucro/Prejuízo nos exercícios em relação aos quatro últimos exercícios, promovemos uma análise horizontal conforme a seguir.

Para analisar o comportamento da evolução dos ganhos e perdas anuais relativos aos últimos quatro anos, defendemos a análise horizontal da seguinte forma, ao analisar o comportamento da evolução do lucro/prejuízo em relação aos últimos quatro anos, promovemos a análise horizontal da seguinte forma:



Em relação ao ano anterior, o Prejuízo apresentou uma variação positiva em R\$ 10.342.737, acréscimo de 106,06%, quando comparados com o resultado no exercício anterior, os principais fatores que contribuíram foram a aumento das receitas e o aumento das despesas, conforme demonstrado acima o que influenciou fortemente.

Historicamente a CEHAB, vem apresentando negatividade, no seu Lucro Bruto pois a sua receita própria não cobre

seus custos, sendo necessária a complementação através da subvenção do Governo do Estado.

A exceção foi o ano fiscal de 2022, com aumento substancial de Receita e das Despesas.

7.5.2. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Sistema Eletrônico Corporativo SEI é um sistema que foi desenvolvido para promover a agilidade no processo de documentação interna das empresas.

Através dele, é possível gerar economia com sustentabilidade, pois o SEI prioriza áreas chaves da empresa, otimizando o trabalho interno da DGF.

Além disso, o SEI é responsável por permitir a melhor alocação de recursos, pois possibilita a organização dos documentos e informações de forma intuitiva.

Além disso, todos os procedimentos burocráticos são simplificados e o tempo de execução das atividades é reduzido.

Assim, o SEI proporciona a redução de custos e maior produtividade na empresa.

Em um ano de resultados consistentes, a DGF processou 8.340 Ordens Bancárias (OB) emitidas no valor de R\$ 466.823.228, consolidados por fontes de recursos:

FONTE DE RECURSOS		Ordem Bancária - OB		
Cod	Descrição	Qtde	R\$	%
0101	RECURSOS ORDINÁRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.474	350.137.260	75,00
0102	RECURSOS DE CONVÊNIOS A FUNDO PERDIDO/CONTRATO DE REPASSE - ADM DIRETA	53	4.135.966	0,89
0103	RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ADM DIRETA	19	4.352.256	0,93
0140	OPERAÇÃO DE CRÉDITO MULTISSECTORIAIS	373	107.211.416	22,97
0241	RECURSOS PRÓPRIOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	52	342.065	0,07
0242	RECURSOS DE CONVÊNIOS A FUNDO PERDIDO/CONTRATO DE REPASSE - ADM INDIRETA	303	422.248	0,09
-	PREVISÃO DE DESEMBOLSO GERADA AUTOMATICAMENTE	66	222.017	0,05
TOTAL GERAL		8.340	466.823.228	100,00

Incluso OB, oriundas de despesas de exercícios anteriores (DEA)

A redução do déficit habitacional é um dos principais objetivos de nossa Missão e dos Objetivos, bem como os Auxílios-Moradias às famílias que residem, sob precárias condições de habitabilidade, nas áreas submetidas à intervenção do Governo do Estado por meio das obras estruturadoras.

Nesse sentido, os pagamentos realizados em 2022 visaram apoiar a atividade das empresas e contribuir para a concretização do objetivo acordado e sobre tudo atender às famílias que residem, sob precárias condições de

habitabilidade, nas áreas submetidas à intervenção do Governo do Estado por meio das obras estruturadoras.

Além disso, é importante destacar que esses pagamentos contribuíram para o crescimento econômico e o desenvolvimento das empresas em Pernambuco.

Além disso, também foi possível alavancar a economia local, permitindo que elas se desenvolvessem.

8. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de controles internos da CEHAB objetiva garantir o cumprimento das leis regulatórias e estabelecer padrões de desempenho financeiro, contábil e corporativo adequados. Para isso, a CEHAB desenvolveu diversos mecanismos e procedimentos internos que garantem o cumprimento das leis vigentes e a manutenção de padrões de qualidade de serviço e de governança corporativa.

Os controles internos da CEHAB incluem mecanismos de verificação das operações financeiras e contábeis, sistemas de rastreamento e monitoramento das atividades diárias, procedimentos de auditoria e controle de desempenho, e mecanismos de avaliação e análise dos resultados.

Além disso, a CEHAB conta com mecanismos de Monitoramento que garantem o cumprimento das leis e regulamentos em vigor, assim como com processos de gerenciamento de risco que visam minimizar os riscos operacionais e financeiros.

Por meio da adoção desses controles internos, a CEHAB busca maximizar a eficiência e a eficácia dos seus processos, assim como assegurar que as operações sejam realizadas de forma segura e transparente.

Com isso, busca-se garantir que a organização cumpra com os objetivos estratégicos e alcance seus resultados financeiros de maneira eficaz, através de:

- O sistema de governança corporativa da empresa inclui: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretor Presidente, Conselho Fiscal, Diretorias Executivas as atribuições e responsabilidades de cada um deles constam no Estatuto Social da empresa, que estão disponíveis no site da empresa;
- As Unidade de Controle Interno, Monitoramento e Ouvidoria tem como missão atuarem com imparcialidade e ética e apoiar a melhoria contínua na prestação de serviços da empresa a sociedade.
- A Ouvidoria oferece um espaço independente e autônomo para que interessados, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e sociedade possam comunicar suas preocupações, suas dúvidas sobre condutas antiéticas incompatíveis com a lei, bem como denúncias sobre integridade organizacional ou outros tipos de possíveis irregularidades.

- A CEHAB disponibiliza publicamente em seu site um link para o Portal de Transparência do Governo de Pernambuco, por meio do qual é possível acompanhar, por exemplo, o cumprimento de receitas e despesas, remuneração de servidores públicos, informações sobre fornecedores, receita, despesas, ou seja, acesso a diversos dados gerenciais sobre a gestão da administração pública da empresa.

9. FATORES DE RISCO

Os riscos e incertezas fazem parte da realidade de qualquer negócio, e não existe nenhuma garantia de que as expectativas sejam alcançadas.

Existem alguns fatores de risco conhecidos e desconhecidos que podem afetar significativamente os resultados de qualquer empreendimento.

É importante para os gestores avaliar esses riscos e tomar as medidas apropriadas para garantir que seus negócios sejam bem-sucedidos.

Além disso, é importante ter em mente que, embora os planos de negócios estejam apontando para um sucesso futuro, não existe nenhuma garantia de que as expectativas sejam totalmente atendidas.

A CEHAB considera essencial a gestão dos fatores de risco associados ao desempenho de suas atividades, identificando e implementando os controles internos necessários à criação de valor para a empresa e demais públicos de interesse.

Nesse sentido, nosso compromisso com a gestão eficaz dos fatores de risco da empresa é um dos alicerces do crescimento sustentável e do cumprimento de nossa missão e dos objetivos institucionais.

Este compromisso é um valor que deve ser praticado por todos os que trabalham na CEHAB ou que atuem em seu nome, incluindo os fornecedores.

9.1. Fornecedores

A empresa utiliza-se de serviços de terceiros, principalmente relacionados à execução de obras, e em caso de interrupção da prestação dos serviços contratuais, há efeitos adversos em suas atividades.

Uma das principais ações que deve ser tomada é a de garantir que o contrato de prestação de serviços de terceiros contemple cláusulas que prevejam o risco de interrupção e determine, com precisão, as consequências razoáveis para esta eventualidade.

É importante que o contrato aborde a forma de comunicação de interrupção dos serviços, o tempo estimado para o retorno e os possíveis mecanismos para compensação.

Além disso, é essencial que a empresa crie um plano de contingência para lidar com as interrupções no fornecimento dos serviços de terceiros.

O plano deve ser revisado periodicamente para garantir que está atualizado de acordo com as mudanças nas condições de trabalho e no mercado. É importante ter um mecanismo para acompanhar e avaliar os serviços contratados para detectar possíveis interrupções no fornecimento, e ao mesmo tempo ter meios para reduzir os efeitos adversos caso haja uma interrupção nos serviços.

A empresa deve também estabelecer relações de parceria com os fornecedores para manter um nível de confiança e conforto.

O estabelecimento de uma estreita e benéfica relação entre a empresa e os terceiros fornecedores geralmente resulta na qualidade dos serviços contratados e na redução dos possíveis efeitos adversos causados por eventuais interrupções.

9.2. Clientes

Os principais clientes da empresa são os mutuários de contrato de vendas imóveis das unidades habitacionais, estando a CEHAB exposta a um alto risco de inadimplência devido ao perfil socioeconômico de seu público-alvo.

Isso significa que, para evitar perdas financeiras, a CEHAB tem que tomar medidas para garantir um melhor controle financeiro, como a avaliação prévia da capacidade de pagamento dos clientes e a realização de análises de crédito periódicas.

Além disso, a empresa deve desenvolver estratégias que incentivem a boa conduta financeira dos seus clientes, como descontos e programas de fidelidade.

9.3. Judiciais

A CEHAB está sujeita às decisões judiciais dos tribunais brasileiros que possam executar os seus deveres legais.

A empresa tem sido parte em processos judiciais e administrativos que envolvam questões civis, trabalhistas, tributárias e bloqueios em contas bancárias, o que está no curso normal de suas operações.

A CEHAB está preparada para lidar com todos os tipos de questões legais com os melhores resultados possíveis, sejam elas administrativas ou judiciais.

A empresa também deseja que seus clientes e parceiros estejam cientes de que todas as decisões judiciais são tomadas de acordo com as leis brasileiras e que todos os direitos e obrigações serão cumpridos caso sejam determinados por decisões judiciais.

A CEHAB acredita ser seu dever fornecer todos os meios necessários para que seus clientes e parceiros estejam seguros em relação a todos os assuntos jurídicos e para que o seu negócio seja desenvolvido da melhor forma possível.

9.4. O setor econômico em que a empresa atua

A mudança de governos e de diretrizes regulatórias pode sim ter um impacto significativo no desempenho de CEHAB que opera no setor habitacional, principalmente no setor de interesse social.

Com as mudanças nos orçamentos e diretrizes, a empresa pode ter dificuldades para se adequar às novas exigências, o que pode levar ao não alcance das metas previamente estabelecidas.

Além disso, as novas políticas podem exigir investimentos significativos para que as empresas consigam se adequar às regras, o que pode gerar dificuldades financeiras.

Para que uma empresa possa superar adequadamente as mudanças de governos e de diretrizes, ela deve estar preparada para se manter atualizada em relação às regras e deve ter uma boa estrutura financeira para lidar com os desafios impostos.

9.5. Imóveis Destinados a Venda

Os Imóveis Destinados à Venda há muito tempo e sem destinação habitacional, gera risco de possíveis invasões, custos de manutenção e preservação.

Esses imóveis destinados à venda que permanecem vazios por longos períodos de tempo podem gerar riscos para os proprietários, como a possibilidade de invasões e a necessidade de manter e preservar esses imóveis.

Os imóveis vazios destinados à venda devem tomar medidas para limitar os riscos e evitar problemas de segurança e de utilização dos espaços.

9.6. Risco Corporativo

A CEHAB gerencia os riscos corporativos de forma descentralizada, sendo cada órgão da empresa responsável pelo cumprimento de leis, normas e práticas éticas, incluindo relacionamento com os fornecedores.

As Unidades de Controle Interno e Monitoramento oferecem uma estrutura para que a empresa possa atingir seus objetivos de responsabilidade social, criando um ambiente de trabalho justo e saudável, bem como práticas de negócios e fornecedores éticos.

Essas unidades têm como objetivo central acompanhar, prevenir e melhorar a ética e a integridade internas, de modo a garantir que a empresa alcance seus objetivos de forma eficaz e responsável.

Todavia, as Unidades de Controle Interno e Monitoramento necessitam de maior envolvimento no dia a dia da gestão da CEHAB para encontrar as melhores práticas, standardizar por meio de regulamentos, prevenir e evitar alertas de

possíveis descumprimentos por parte dos órgãos de controle, fiscalização e auditoria externa, como nas áreas, entre outra.

9.6.1. Política de Segurança e Saúde do Trabalho

- Ausência do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), e,

O PCMSO traz benefícios para todos os envolvidos, como aumento da satisfação e motivação dos colaboradores, contribuindo para melhor desempenho, maior produtividade e redução de custos para a empresa.

A ausência do PCMSO pode acarretar severas penalidades para as empresas que não os possuem. De acordo com o Regulamento Regulamentador 7,

- Ausência do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

O PPRA tem por objetivo prevenir os riscos de acidentes de trabalho, bem como de doenças profissionais relacionadas ao ambiente de trabalho.

A ausência do PPRA pode acarretar sérias consequências aos colaboradores e à empresa, como a imposição de penalidades e multas, além do descumprimento de normas trabalhistas.

A aplicação de um programa de prevenção se traduz em ganhos para a empresa, pois cria um ambiente seguro para o trabalho, melhora o desempenho dos colaboradores e reduz as chances de acidentes no ambiente de trabalho.

9.6.2. Política de Divulgação de Informações.

Ausência de regulamentação voltada para a gestão dos processos de para aprimorar mecanismos de difusão e acesso de informações referentes à empresa, proporcionando à sociedade civil e aos órgãos de controle melhores condições de exercer o papel de fiscalização

9.6.3. Carta de Serviço ao Usuário

A Carta de Serviço ao Usuário é um documento oficial que estabelece os direitos e as obrigações entre o prestador de serviços e o usuário, que visa garantir às partes o acesso a serviços de qualidade de acordo com as normas estabelecidas.

A ausência de elaboração e atualização da Carta de Serviço ao Usuário pode comprometer a qualidade dos serviços prestados, já que é necessário que os usuários conheçam os direitos e obrigações que lhes são conferidos.

Dessa forma, a Carta de Serviço ao Usuário deve ser elaborada e atualizada regularmente, de maneira a garantir aos cidadãos o direito de receber serviços de acordo com as normas estabelecidas.

Além disso, a Carta de Serviço ao Usuário também serve como um mecanismo de responsabilização entre a empresa e os usuários, pois estabelece claramente as condições em que os serviços devem ser prestados.

9.6.4. Política de Diversidade e Inclusão

A ausência de regulamentação voltada para a gestão de processos para aprimorar políticas, diretrizes e responsabilidades que garantam a diversidade, a igualdade e a inclusão na CEHAB e na sociedade como um todo, por meio de ações programadas voltadas para grupos que enfrentam barreiras, geram impacto econômico e social e criam um ambiente produtivo e oportunidades para todos.

10. REMUNERAÇÃO

Nome	Cargo	Remuneração
JOSÉ ANTÔNIO UCHÔA BARBOSA DA SILVA	Presidente do Conselho de Administração	Não Remunerado
EDUARDO CAMPELO SOARES BRANDÃO	Secrário do Conselho de Administração	Não Remunerado
FERNANDO LUIZ DE SOUZA	Memb do Conselho de Administração	Não Remunerado
ROBERTO J FERNANDES DE LIRA	Membro do Conselho Fiscal	1.156,12
ANDRE GUSTAVO CARNEIRO LEAO	Membro do Conselho Fiscal	1.156,12
LAYANE GABRIELY ALVES DA SILVA	Membro do Conselho Fiscal	1.156,12
BRUNO DE MOREAS LISBOA	Diretor Presidente	9.249,02
ANTÔNIO FLORENTINO CALIXTO JUNIOR	Diretor - DAO	6.782,61
WALTER HUMBERTO BLOSSEY	Diretor - DPO	6.782,61
WILSON LIMA DE SOUZA	Diretor - DOB	8.478,26
LUIS ALBERTO GOMES DE FARIAS FILHO	Diretor - DAJ	8.478,26
MOACYR SOUTO MAIOR BORGES FILHO	Diretor - DGF	8.478,26

A CEHAB disponibiliza um link, em seu Site, para o Portal Transparente do Governo de Pernambuco, que é uma importante ferramenta de cidadania, por meio da qual é possível acompanhar a remuneração dos servidores, o desempenho das receitas e despesas da CEHAB e demais órgãos estaduais, bem como informações sobre fornecedores, pagamentos, ou seja, acesso a vários dados de gestão sobre o funcionamento da administração pública.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - Ano Base 2022 foi elaborada com a participação de diversos atores da diretoria da empresa, com objetivo de atender ao bem comum, necessidade de segurança nacional e compromisso empresarial.

O Conselho de Administração avaliou e aprovou o conteúdo, garantindo sua objetividade e clareza. Esta carta visa promover a adesão aos princípios mais amplos da governança corporativa, que incluem a transparência e responsabilidade, a responsabilidade com relação aos stakeholders, bem como a promoção de práticas de gestão sustentável.

Além disso, visa garantir a implementação, monitoramento e avaliação de ações e políticas públicas com vista à maximização dos resultados para a empresa e para a sociedade.

Trata-se, portanto, de um produto que oferece transparência à sociedade, aos acionistas e aos demais públicos de interesse da CEHAB.

A CEHAB é uma entidade que tem por missão e objetivo promover a qualidade de moradia, desenvolver projetos de urbanização para as comunidades carentes, a regularização fundiária, assistência técnica gratuita e a implantação de programas e projetos habitacionais com o intuito de facilitar o acesso à casa própria, assegurando, assim, a melhoria da qualidade de vida das famílias e a convivência social.

A presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - Ano Base 2022 é uma forma de garantir que todos tenham acesso às informações relacionadas à CEHAB, pois ela se compromete a oferecer uma gestão responsável e transparente.

A CEHAB está agradecida pela confiança depositada por nossos colaboradores, clientes e parceiros. Todos eles contribuíram diretamente para o nosso sucesso contínuo e para o nosso compromisso de melhoria contínua.

Acreditamos que o trabalho em conjunto e o investimento em nossos relacionamentos são fundamentais para o desenvolvimento de nossas atividades com sucesso.

Estamos comprometidos em manter alto padrão de qualidade em todos os nossos serviços, e agradecemos aos nossos colaboradores, clientes e parceiros por nos ajudarem a alcançar este objetivo.

12. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Habitação e Obras - CEHAB declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa – Ano Base 2022 em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30/6/2016.

Recife, 18 de janeiro de 2023

JOSÉ ANTÔNIO UCHÔA BARBOSA DA SILVA
Presidente

EDUARDO CAMPELO SOARES BRANDÃO
Secretário

FERNANDO LUIZ DE SOUZA
Membro